

HABEAS CORPUS Nº 515.050 - SP (2019/0167150-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ANGELA MARIA PERRETTI
ADVOGADO : ANGELA MARIA PERRETTI - SP125488
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE : CHRISTINE DELPHINE CANU (PRESO)

DECISÃO

CHRSTINE DELPHINE CANU alega sofrer coação ilegal no seu direito a locomoção, em decorrência de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação Criminal n. 0001970-59.2018.4.03.6119/SP.

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada, em primeiro grau, a 6 anos, 5 meses e 23 dias de reclusão, em regime semiaberto, mais multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas.

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo defensivo a fim de reduzir a pena-base e tornar a sanção definitiva em 6 anos e 27 dias de reclusão, em regime semiaberto, mais multa.

Busca-se, por meio deste *writ*, seja: a) aplicada em 2/3 a minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas; b) fixado o regime inicial aberto; c) determinada a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

A pretendida redução da reprimenda imposta à paciente, nos moldes em que delineados na impetração (com os consectários daí decorrentes – regime inicial mais brando e substituição da pena por restritivas de direitos), confunde-se com o próprio mérito do *writ*, em evidente caráter satisfativo, de modo que a caracterização do aventado constrangimento ilegal deve ser analisado mais detalhadamente na oportunidade do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Devidamente instruídos os autos, dispensei a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora.

Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

